



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONCORRÊNCIA Nº 1/2021

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **ÁBACO CONSTRUTORA LTDA.** (Peça 128.2) contra a decisão que a inabilitou na Concorrência nº 1/2021, que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia para a execução do remanescente da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília.

De forma sucinta, a Recorrente alega que comprovou a exigência prevista no tópico 6.10.2 “f” do Edital por meio do Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Construtora BIAPÓ Ltda., razão pela qual pugna pela reforma da decisão que a inabilitou no certame.

Apesar de previsão em Edital, não foram apresentadas Contrarrazões.

I. RECURSO E MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

a) RECURSOS

Da peça recursal observam-se as principais alegações apresentadas pela Recorrente:



¹
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

“(…)

Em apertada síntese, alega a Comissão Permanente de Licitação que a empresa recorrente não atendeu às exigências de qualificação técnico-operacional pela seguinte razão:

A empresa não logrou êxito em na comprovação de execução de sistema de automação predial ou ar-condicionado, que permita verificar controle e/ou supervisão sobre no mínimo 100 pontos de automação comprovada por um único atestado, nos termos da alínea “f” do item 6.10.2 do Edital de Licitação. (grifo no original – Despacho SUFISC/SPO nº 025/2021)

Diante da fundamentação incompleta, uma vez que a recorrente apresentou Atestado nos moldes exigidos pelo instrumento convocatório, houve a necessidade de instar a Comissão Permanente de Licitação, para que explicasse detalhadamente os motivos, devidamente fundamentados, em relação à negativa do Atestado apresentado pela empresa recorrente, sob pena de afrontar a jurisprudência mansa e pacífica do Tribunal de Contas da União:

“É irregular a desclassificação e inabilitação sem motivação ou com fundamentação imprecisa e deficiente, uma vez que prejudica a defesa dos licitantes e a própria transparência do certame. A revogação do certame não elide a ilicitude praticada. (Acórdão 3772/2012-TCU-Segunda Câmara (...))”

“(…)

Outrossim, a Comissão Permanente de Licitação se manifestou novamente, nos seguintes moldes, in verbis:



2
Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

No que tange ao citado atestado, não foi considerado tendo em vista que não restou comprovado o vínculo contratual entre o SENAC e a emitente do atestado empresa Construtora Biapó.

Além disso, não restou comprovada a autorização do SENAC para subcontratação com a empresa Ábaco Construtora Ltda.

O atestado emitido pela empresa Construtora Biapó não apresenta informações a respeito do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ da empresa.

Em consulta ao sítio da internet <https://biapo.institutobiapo.com.br/>, verificamos tratar-se de empresa que atua no ramo de restauração de patrimônio histórico.

A despeito das considerações alinhavadas pela ínclita Comissão Permanente de Licitação, o fato é que suas razões não merecem prosperar, uma vez que o Atestado apresentado pela recorrente está devidamente alinhado com os dispositivos presentes no instrumento convocatório e com a legislação pátria, cabendo à CPL DILIGENCIAR em caso de dúvidas em relação à documentação apresentada.

(...)

A empresa ÁBACO CONSTRUTORA LTDA. apresentou, para fins de comprovação do referido item, ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, expedido pela CONSTRUTORA BIAPÓ (pessoa jurídica de direito privado), asseverando que a ÁBACO CONSTRUTORA LTDA:





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

executou os sistemas de climatização, abaixo descritos, na OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA TECNOLÓGICA DO SENAC – UNIDADE II – FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS, tendo sido atendidas satisfatoriamente todas as exigências dos projetos e especificações.

Responsável Técnico

Engenheiro mecânico Vitor de Sant’Ana Moraes – CREA nº6484/D-GO

Descrição Geral da Obra

Endereço: Av. Caiapó com Av. Interlândia, Quadra 89, Setor Santa Genoveva, Goiânia/GO – CEP:74.672-400.

Período de Execução: 01/08/2014 a 17/04/2017.

Valor do contrato: R\$ 1.290.000,00 (hum milhão, duzentos e noventa mil reais)

Sistemas de Climatização

- Sistemas de ar condicionado, tipo VRF, compostos por 10 conjuntos de condensadores de 99 evaporadoras de diversas capacidades num total de 286,70 TR's e 02 Sistemas de Ventilação forçada de ar externo com redes de dutos completa, num total de 44.209 m³/h, automatizados por controladora digital, com operação local e /ou remota, assim como pontos de cabeamento estruturado para conexão, 03 quadros elétricos de força e comando, redes de gás refrigerantes e de interligações elétricas entre todos os componentes.*
- 01 sistema central de ar-condicionado, tipo multisplit, num total de 40,00 TR's, com compressores inverter, redes de*



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

dutos de ar completos e de gás refrigerante e quadro elétrico de força e interligações elétricas entre todos os componentes.

- *01 sistema de exaustão forçada, num total de 2.550 m³/h, com redes de dutos completa e quadro de força e comando e interligações elétricas.*
- *09 airsplits tipo on/off, sendo 02 inverter, num total de 22,00 TR's, redes de gás e interligações elétricas.*

(...)

Verifica-se que o referido atestado assevera, DE MANEIRA CLARA, PRECISA E PEREMPTÓRIA, que a empresa ÁBACO CONSTRUTORA LTDA, executou satisfatoriamente os serviços exigidos no item 6.10.2 “f” do instrumento convocatório.

É possível notar a existência de 111 equipamentos de ar-condicionado automatizados por controladora digital, que permite tanto operação local e/ou remota. Estes equipamentos ao do tipo VRF, sendo que esta controladora está interligada ao sistema de cabeamento estruturado e permite que, através de um computador, inúmeras intervenções como alterações de “set point” de temperatura dos ambientes, habilitar ou desabilitar o funcionamento dos equipamentos, acionar ou não os ventiladores de ar externo, e promover a programação de funcionamento.

A alegação por parte da CPL de que: (i) não restou comprovado o vínculo contratual entre o SENAC e a emitente do atestado empresa Construtora Biapó; (ii) não restou comprovada a autorização do SENAC para a subcontratação



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

com a empresa Ábaco Construtora Ltda; e (iii) Atestado emitido pela empresa Construtora Biapó não apresenta informações a respeito do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, não merecem prosperar pois NÃO SÃO EXIGÊNCIAS previstas no instrumento convocatório. E, portanto, não podem ser exigidos sob pena de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

Qualquer dúvida acerca do objeto executado, deverá ser sanada através de DILIGÊNCIAS, junto à própria licitante, ou a terceiros, a saber: SENAC-GOIÁS e/ou CONSTRUTORA BIAPÓ.

(...)

Não se admite, nesse contexto, que o próprio edital exija a apresentação de atestados acompanhados de outros documentos não previstos na legislação, visto que não são documentos de habilitação. Aliás, o TCU tem um posicionamento muito firme no sentido de que apenas os documentos previstos nos artigos 27 e 31 da Lei nº 8.666/1993 podem ser solicitados como requisito de habilitação.

É ilegal e restringe a competitividade do certame licitatório a exigência de documentos de habilitação além daqueles previstos nos art. 27 a 31 da Lei 8.666/1993. Acórdão 3192/2016-Plenário





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Nesse sentido, ainda que não instados pela Comissão Permanente de Licitação, a empresa ÁBACO CONSTRUTORA LTDA., apresenta em anexo, as NOTAS FISCAIS emitidas em relação à execução do objeto referido no atestado em questão.

(...)

Vislumbra-se, porquanto, que resta comprovada a relação da sub-empregada (entre CONSTRUTORA BIAPÓ e ÁBACO CONSTRUTORA), tendo em vista a execução dos sistemas de climatização na OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA TECNOLÓGICA DO SENAC – UNIDADE II – FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC GOIÁS.

De mais a mais, a Construtora Biapó (CNPJ nº 25.078.452/0001-17) possui como CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: 41.20-4-00 - Construção de edifícios.

Além disso, para buscar esclarecer qualquer obscuridade quanto ao atestado apresentado, anexa-se, para conhecimento desta Comissão Permanente de Licitação, o Contrato firmado entre o serviço nacional de aprendizagem comercial – SENAC e a empresa CONSTRUTORA BIAPÓ LTDA.

Promove-se, ainda, a juntada de e-mails trocados entre os responsáveis da ÁBACO CONSTRUTORA e os fornecedores de insumos para a obra a questão, e os projetistas responsáveis



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

pelos sistemas de climatização, que também asseveram a idoneidade das informações apresentadas no atestado em questão, e que a recorrente executou a instalação do sistema de automação de ar-condicionado da obra mencionada alhures.”

b) MANIFESTAÇÃO DA ÁREA TÉCNICA

Instada a se manifestar, a Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas - SUFISC do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, área responsável pela análise documental relativa à qualificação-técnica, por meio dos membros da Comissão Especial de Licitação – CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, assim pontuou, consoante trechos extraídos do Despacho SUFISC/SPO Nº 036/2021 (Peça 136):

“(…)

1.4.1. MANIFESTAÇÃO: No que tange ao recurso interposto pela empresa Ábaco Construtora Ltda., verifica-se que o motivo de sua inabilitação se baseou na ausência de comprovação de execução de sistema de automação predial ou de ar-condicionado, que permita verificar controle e/ou supervisão sobre no mínimo 100 pontos de automação, comprovada por um único Atestado, nos termos da alínea (f) do item 6.10.2 do Edital de Licitação.

1.4.2. Pretendendo a reforma desta decisão, a empresa recorrente apresenta a cópia do contrato firmado entre o SESC e a empresa construtora BIAPÓ - emitente do atestado em favor da ÁBACO Construtora, que por sua vez demonstrou por meio de e-mails





MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

daquela época, a relação de subcontratação e execução dos serviços.

1.4.3. Ressalta-se que a subcontratação de serviços foi expressamente admitida no contrato firmado entre o SESC e a BIAPÓ, conforme cláusula décima primeira – item 1.6, doc. 128.4.2.

1.4.4. Assim, restou comprovada a relação contratual entre SESC, Construtora BIAPÓ Ltda. e ÁBACO Construtora Ltda, bem como a responsabilidade técnica pela execução dos serviços pela empresa licitante, razão pela qual o atestado poderá ser considerado. Desta forma, a documentação relativa à comprovação de qualificação técnica apresentada pela empresa ÁBACO CONSTRUTORA LTDA. ATENDE às exigências contidas no edital.”

II. CONSIDERAÇÕES

Sem muitas delongas, nota-se que a Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas, área do MPDFT responsável pela análise da documentação relacionada à qualificação técnica das licitantes participantes da Concorrência nº 1/2021, ao apreciar as razões recursais, percebeu que as alegações apresentadas pela Recorrente estão em consonância com as regras veiculadas no Instrumento Convocatório.

Por meio de análise do contrato firmado entre a Construtora BIAPÓ e o SESC e dos e-mails daquela época, restou comprovada a relação contratual entre SESC,



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE LICITAÇÃO

Construtora BIAPÓ Ltda. e ÁBACO Construtora Ltda., bem como a responsabilidade técnica pela execução dos serviços pela empresa licitante, conforme entendimento da SUFISC acima exposto.

Assim, visto que a documentação relativa à comprovação de qualificação técnica apresentada pela empresa ÁBACO Construtora Ltda. atende a todas as exigências editalícias, cabe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apenas a aceitação das razões apresentadas pela Recorrente, uma vez que os motivos que ensejaram a inabilitação da licitante foram devidamente afastados.

III. DECISÃO

Pelo exposto, considerando que os argumentos apresentados nas razões recursais ensejaram reforma na decisão de inabilitação da Recorrente, embasada na manifestação da Subsecretaria de Fiscalização de Obras e Reformas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, emitida pelos membros da CEL representantes da Secretaria de Projetos e Obras, a Comissão Especial de Licitação conhece do Recurso Administrativo interposto pela empresa **ÁBACO CONSTRUTORA LTDA.** para, no mérito, julgá-lo procedente, habilitando-a na Concorrência nº 1/2021.

Brasília, 19 de agosto de 2021

(Assinado Eletronicamente)
Ana Luisa Cardoso Zardim
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
Cristiano Costa Magalhães
Membro

(Assinado Eletronicamente)
Andrea Moraes de Oliveira Melo
Membro



10

Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Assinado por:

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM - SLIC/SG em 19/08/2021.

ANDREA MORAES DE OLIVEIRA MELO - SELIC/SG em 19/08/2021.

CRISTIANO COSTA MAGALHAES - SEINP/SG em 19/08/2021.

.